

Macunaíma – Dezesseis anos de luta contra a censura¹

Em 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar edita o Ato Institucional 5, que suspende todas as garantias constitucionais; fecha o Congresso nacional; estende a censura prévia a todos os veículos de informação; garante aos ditadores o poder de decretar estado de sítio, de prorrogá-lo, de confiscar bens; suspende o *habeas corpus*, permitindo assim, prender e manter incomunicáveis por dez dias todos os acusados de delito político. Funcionários públicos - civis e militares podem ser cassados, demitidos, transferidos, reformados e aposentadoria compulsoriamente.

Com os censores instalados dentro das redações de jornais e revistas, o regime passa a controlar a informação com mão de ferro. Para as diversões públicas (cinema, teatro, shows musicais), a censura prévia continua sendo obrigatória, e passa a ser exercida sem qualquer escrúpulo, uma vez que protegida pelo desconhecimento público, que a censura à imprensa passava a garantir.

É neste contexto que nasce *Macunaíma*, cujo roteiro transporta nosso herói sem caráter para o Brasil urbano e industrializado, pós-AI-5. “O Brasil comia os brasileiros. O filme seria mais uma forma de levantar essa questão na consciência das pessoas”, disse Joaquim Pedro.

Em 28 de julho de 1969, o processo de censura é instalado². Dois dias depois, o censor, reconhecendo desconhecer a obra de Mário de Andrade, descreve o filme como: “*Macunaíma*, um preto que vira branco e vai para a cidade dar vazão aos seus instintos sexuais, voltando depois para a selva de onde viera”. Sugere a proibição a menores de 18 anos, com 15 cortes de cenas inteiras, a maioria de peitos e nádegas nuas, alguns palavrões, e o texto: “muita saúva e pouca saúde os males do Brasil são.”

Na semana seguinte, a Filmes do Serro apela ao Diretor do Departamento de Polícia Federal, exigindo a liberação do filme em versão integral, sem cortes. O que se passava nos bastidores é explicado por Joaquim Pedro:

“Depois de muitas *démarches*, consegui falar com o Chefe da Polícia Federal, que era superior ao Chefe da Censura, e ele disse que me daria uma chance. Ele projetaria o filme e convidaria para a sessão a mulher dele e um grupo grande de amigas dela, pois confiava muito no bom senso daquelas senhoras. Mas não me deixaram assistir à sessão. Eu olhava por um buraco da cabina de projeção. Quando saíram da projeção, ele disse que o filme tinha ido muito mal, pessoalmente achava o filme uma droga. Descobri que tinham dado notas ao filme. Havia uma sobrinha dele, de 17 anos, que ele abraçava, e me disse:

– *A minha sobrinha aqui, por exemplo, que eu acho uma pessoa muito inteligente, de muito bom senso, deu zero para o seu filme.*

Aí apelei para o último cartucho que tinha, que era a crítica internacional.

– *Eu trouxe aqui um dossiê da imprensa internacional. Se o senhor quiser dar olhada antes da decisão final.*

– *Ah, isso é muito bom, porque minha mulher está estudando francês e lê isso para mim.*

Levou o material para casa e, no dia seguinte, tinha mudado da água para o vinho.

¹ Este texto foi escrito para o encarte do DVD de *Macunaíma*, versão restaurada pela Filmes do Serro, que pode ser adquirido pelo site www.videolar.com

² Todos os documentos citados no texto podem ser lidos na íntegra no endereço www.memoriacinebr.com.br

– *Minha senhora gostou muito das críticas. Então você faz o seguinte: você escolhe dessa lista aqui três cortes e está encerrado o assunto.*

E eu escolhi. Era um acordo completamente absurdo que aceitei porque para se fazer cinema no Brasil é preciso aceitar uma série de conchavos, se não, não dá.”

Em outubro de 1969, filme é autorizado para cinema, proibido para TV, com os cortes:

1ª parte - Retirar as cenas em que aparece nitidamente, nas vestes da jovem, o símbolo da Aliança para o Progresso;

3ª parte – Cena da Rede: Retirar as cenas em que aparecem as nádegas nuas até quando o jovem rola sobre a amante. Cena da Mamadeira: cortar a seqüência em que aparecem os seios nus, na ocasião em que a guerrilheira se volta.

4ª parte – Excluir totalmente, o diálogo sobre a adivinhação: “Juntar pêlo com pêlo, para cobrir o pelado”. A versão censurada é lançada no Rio, em 3 de setembro de 1969, batendo todos os recordes de bilheteria.

Onze anos depois, em maio de 1978, a Embrafilme pede autorização para uma exibição na TV Nacional, canal 3, de Brasília. A liberação é concedida com 13 cortes, sendo duas seqüências inteiras. Em resumo, todas as cenas onde há seios, nádegas e estatuas nuas são cortadas. Completamente mutilado, o filme recebe a autorização para exibição.

Dez anos após seu primeiro lançamento, em maio de 1979, os produtores pedem a renovação da autorização para cinema, para maiores de 16 anos, sem cortes. Parecer de maio de 1979 autoriza o filme segundo o desejo dos produtores: “Considerando o conteúdo cultural a que se prende o filme, julgamos que quaisquer supressões servirão apenas para mutilar a obra cinematográfica, uma vez que no contexto, não configuram situações eróticas”. A censura passa a concentrar sua atenção na programação para televisão. E assim, o filme é relançado sem cortes, para maiores de 16 anos, em 8 de outubro de 1979.

Em 07 de maio de 1981, novo pedido de autorização para televisão “ainda que essa Divisão determine cortes”. Primeiro, o filme recebe parecer de censor para liberação após 22 horas, ainda com todos os cortes anteriormente determinados. O processo sobe ao Conselho Superior de Censura, e este deixa a decisão final ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que o libera com o corte de um palavrão, para após 23 horas.

Em 25 de abril de 1985, Joaquim Pedro de Andrade requer a liberação para televisão após 22 horas, e para cinema, a maiores de cinco anos, sem cortes.

Alguns anos antes, o pedido de Joaquim Pedro teria sido sumariamente negado. Agora, causa controvérsia no serviço de censura. Um parecer de 04 de julho sugere a liberação a maiores de 14 anos, pois que “não se adequa ao público infantil”. Em 25 de julho o diretor do Departamento de Censura pede ao Ministro da Justiça “seja estudada a possibilidade de atendimento a solicitação, tendo em vista a primordial orientação do Sr. Ministro da Justiça, qual seja a de incentivar a cinematografia nacional e estimular o interesse do público pela exibição desses filmes”. A Censura vê seu poder minguar. Em 29 de julho de 1985, um pequeno parágrafo assinado pelo Ministro da Justiça Fernando Lyra, autoriza o filme à televisão, sem cortes, após as 22 horas, e para cinema, com chancela “livre”, sem cortes.

Em 06 de agosto de 1985, os certificados emitidos põem fim à proibição de *Macunaíma*. Válidos até 06 de agosto de 1990 caducarão em 05 de dezembro de 1988, quando a censura prévia é proibida pela nova Constituição brasileira.

Mas Joaquim Pedro não verá este dia. Vítima de um fulminante câncer de pulmão, ele nos deixa em 10 de setembro de 1988.

Hoje, Joaquim renasce na preservação e na divulgação de sua obra. Vive em *Macunaíma*. Vive em Alice, Maria e Antonio.

Vida eterna a seu exemplo de resistência e de amor pelas coisas nossas. Vida eterna para seus filmes.

Leonor Souza Pinto
Janeiro 2007

o◇o

Este texto é protegido pelas leis de direito autoral.

Seu uso está liberado desde que citada a fonte.

Como citar este artigo:

PINTO, Leonor Souza. **Macunaíma : dezesseis anos de luta contra a censura**. Disponível em
< <http://www.memoriacinebr.com.br/> >.

